

Educação Antirracista através da Semana de Africanidades na EMTI Professor Prisco Bezerra

Lucas Nobre Gomes 

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil 

Resumo

O trabalho de pesquisa tem como aspecto central de investigação a importância que as experiências práticas têm no âmbito educacional, produzindo uma cultura escolar específica, determinando uma identidade própria. A metodologia aplicada para a investigação foi a realização da Semana de Africanidades em uma escola municipal de Fortaleza no ano de 2023. Nos concentramos em discutir os impactos que a experiência gerou na promoção de uma educação balizada pelo antirracismo, e como isso se encaixa dentro da perspectiva histórica do estado do Ceará. A conclusão que chegamos é que o ensino antirracista a partir de experiências práticas deve ser estimulada pois impacta diretamente na aprendizagem e formação dos alunos.

Palavras-chave: Cultura Escolar. Educação Antirracista. Africanidades. Abolicionismo.

Anti-racist Education through Africanities Week at EMTI Professor Prisco Bezerra

Abstract

The central aspect of this research is the importance of practical experiences in education, producing a specific school culture and determining a unique identity. The methodology applied to the research was the Africanities Week held at a municipal school in Fortaleza in 2023. We focused on discussing the impacts of this experience on promoting an education guided by anti-racism and how this fits within the historical perspective of the state of Ceará. The conclusion we reached is that anti-racist teaching based on practical experiences should be encouraged, as it directly impacts student learning and development.

Keywords: School Culture. Antiracist Education. Africanities. Abolitionism.

1. Introdução

A escola como espaço de reprodução cultural e conformação da modernidade vem suscitando o interesse cada vez maior de pesquisas histórico-educativas a fim de avaliar as potencialidades pedagógicas e formativas ensejadas no âmbito educacional. Mas podemos nos restringir a compreender a escola apenas ao seu alcance como instituição autônoma, independente dos aparelhos ideológicos, livre dos mecanismos de controle do Estado? A resposta é não. E podemos nos apoiar em alguns autores a fim de respaldar nossa posição. Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron em *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1992) assinalaram que a escola se insere na dinâmica social como um aparato institucionalizado pelo Estado. Para Chervel em *L'histoire des disciplines scolaires* (1988), a escola reforça esse papel institucional demonstrando que uma de suas finalidades é a normatização dos indivíduos através da educação.

Contudo, diante desse cenário, há também espaços para reelaborações e ressignificações. A cultura escolar criada em cada unidade comprova isso. Por mais que haja imposições de controle, as escolas dentro de suas próprias possibilidades encontram meios de emancipação parcial. Como atestam Sozsa e Pereira no texto *Paulo Freire, o andarilho da utopia: reflexões para a transformação social através da educação* (2020), a escola pode ser uma estrutura revolucionária desde que se proponham novos arranjos que exponham as suas contradições. Diante disso, a escola ainda funciona como um meio de reprodução social, porém produz suas próprias fissuras através de atividades culturais, práticas e ações que tornam uma determinada realidade em única. Em um prognóstico cada vez maior de repetição e mimetismo nos programas escolares, produzir uma identidade específica por intermédio da cultura escolar é uma possibilidade de resistência.

As atividades extracurriculares são fundamentais no desenvolvimento cognitivo acadêmico dos estudantes. Mas o que seriam essas atividades? Práticas extracurriculares se configuram como ações que devem ser desenvolvidas fora do âmbito comum da sala de aula. Podem ser aulas de campo fora da escola, palestras, visitas guiadas ou eventos realizados dentro da própria escola. A pedagogia avaliativa adotada pela maioria das escolas preocupadas em melhorias

de índices e dados sufocam qualquer possibilidade de incrementar a rotina escolar com atividades extracurriculares. Atualmente, eventos dessa natureza quando ocorrem são resultados da resistência de docentes comprometidos com uma educação plural e mais democrática.

Pierre Bourdieu em *Capital cultural, escuela y espacio social* (1997) afirma que há três formas distintas de se adquirir capital cultural, ou seja, conhecimentos diversos sobre práticas e experiências que não necessariamente podem ser encontrados em livros didáticos. Segundo o autor francês, o método da incorporação sinaliza que o capital cultural pode ser adquirido através do processo de ensino-aprendizagem conjunto entre escola e família. Levando em consideração a realidade de desigualdade social que a maioria dos estudantes possuem nas escolas públicas, se torna improvável que o jovem assimile outras formas de conhecimento se não estiver na escola.

Assim sendo, torna-se fundamental fazer da escola um espaço de aprendizagem diverso com formas diferentes de se adquirir conhecimentos múltiplos. Isso potencializa habilidades socioemocionais nos estudantes que muitas vezes ficam reprimidas no espaço da sala de aula, não encontrando meios de se desenvolver dentro de um escopo limitado de conteúdos e de livros didáticos. As atividades extracurriculares enriquecem as apreensões cognitivas pois geram identidades, despertando o jovem para assimilação de conteúdos convencionais. Em outras palavras, eventos que ocorrem fora da sala de aula, mas dentro da escola estimulam o aprendizado na prática, criando capital cultural em estudantes que não teriam essa oportunidade fora da educação formal.

Nesse contexto se faz necessário problematizar como podemos fomentar uma educação que supere o caráter avaliativo dos resultados. Que forge identidade nos alunos e que eles possam aplicar os conhecimentos adquiridos em sociedade. Assim, faríamos da educação um instrumento revolucionário silencioso com resultados duradouros. Mas como estabelecer uma ruptura nesse modelo educacional solidificado? A resposta está na proposta de educação antirracista.

Mais de 20 anos depois da promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, complementada com a Lei nº 11.645/2008 com a instituição da obrigatoriedade do

ensino de história e cultura africana e dos povos indígenas do Brasil nas instituições de educação, muita coisa mudou no cenário escolar sobre a cultura negra. Do ponto de vista das aulas em si, levando em consideração os livros didáticos produzidos após a legislação, a história africana ganhou mais relevância. A trajetória dos povos da África subsaariana teve destaque. Nos conteúdos que atestam a presença negra na constituição da história brasileira tivemos o incremento da visão dos negros perante o processo de escravização e colonização. Ideias como de naturalização da associação de negros a trabalhos escravos e de combate ao racismo ganharam força nas escolas brasileiras, mesmo contando com tímida participação da temática antirracista nas diretrizes curriculares nacionais.

Tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promulgada em 2018, a qual serve de orientação obrigatória para o ensino no Brasil para todas as escolas, a temática racial é invisibilizada. Como exemplo, a palavra “racismo” é citada apenas em quatro oportunidades em todo o documento. Em todas elas não há um aprofundamento sobre como promover uma educação plural e antirracista. Nas Diretrizes Curriculares Referenciais do Ceará (DCRC) publicada em 2019 a palavra “racismo” é citada quinze vezes, demonstrando um avanço na compreensão étnico-racial a partir do momento que argumenta a possibilidade da escola se tornar um espaço de reprodução da discriminação e que por isso o combate a qualquer deferência por cor deve perpassar os conteúdos curriculares.

A Diretriz Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor) finalizada em 2024, é a mais progressista dentre as normas curriculares. O documento vai além, demonstrando que citar o combate ao racismo é apenas um dos caminhos para uma “educação antirracista voltada para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática” (DCRFor, p. 64). No Caderno de Ciências Humanas do documento a palavra “racismo” foi citada três vezes, e em todas elas a abordagem serve para esclarecer como os conceitos de escravidão e decolonialidade são construídos ao longo do tempo. Bem como para demonstrar a importância do ensino de História.

Dessa forma a educação antirracista pode se tornar um modelo pedagógico viável desenvolvendo o ensino para a liberdade, justiça social e felicidade. O

caminho para isso não passa apenas em atualizar as referências curriculares que dispomos como nacional, mas promover uma complementação desse ensino através de atividades que aproximem a cultura negra da identidade social dos jovens, visto que as raízes afro-brasileiras devem ser enaltecidas em um país com a população majoritariamente formada por negros ou descendentes, segundo dados do IBGE¹. Isso se torna ainda mais relevante, pois o aumento na porcentagem de pessoas que se percebem pardas ou pretas ocorreu por conscientização de sua própria identidade cultural, demonstrando que a educação é um elemento de autoconhecimento.

Levando em consideração a temática da educação antirracista e de como poderíamos estimular um ensino plural e diverso com aprendizagem significativa, a promoção do Festival da Negritude em 2023 na Escola Municipal de Tempo Integral Professor Prisco Bezerra, em Fortaleza-CE, fazendo parte da Semana de Africanidades tornou-se um marco. A atividade forjou uma identidade escolar própria da comunidade formada por discentes, docentes, gestão e funcionários. São experiências escolares como essa que tornam a educação significativa e com função real de transformação da sociedade.

Os 300 anos de escravização da população negra no Brasil durante a colonização e mesmo depois no império deixaram marcas indelévels na sociedade contemporânea, de modo que não podemos deixar de lado o fator racial na compreensão da realidade atual, bem como na proposição de uma alternativa a essa organização social que ainda se estrutura sob o racismo.

Sílvio de Almeida escreve em *O que é racismo estrutural?* (2018) que “o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2018, p. 15). De modo que isso acarreta, em inúmeros episódios, um comportamento naturalizado que tende à racialização e discriminação. Superar esse cenário é possível com a junção de três pilares: legislação, educação e cultura. São fundamentos que se complementam e

¹Disponível: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/censo-2022-mostra-que-45-da-populacao-brasileira-e-pardos-e-43-5-branca#:~:text=e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas-.Censo%202022%20mostra%20que%2045%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20%C3%A9%20parda,e%200%2C4%25%20amarelas.&text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,3%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs.>

que dialogam. Não buscamos apagar três séculos de história e começar do zero, pelo contrário, devemos conhecer, aprender tudo o que o povo negro passou e passa para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

2. Metodologia

6

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre experiências vividas na escola municipal de Fortaleza, EMTI Professor Prisco Bezerra, acerca da temática da promoção da educação antirracista desde o planejamento, organização e execução do projeto “Festival da Negritude”, o qual ocorreu em 2023. O interesse pela temática surge num contexto de mudanças paradigmáticas no ensino de história sobre conteúdos que envolvem a história do povo negro. As legislações que abordam o tema respaldam educadores a falar abertamente em reelaborações na forma como se abordam temas que antes se caracterizavam como cristalizados. A Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História da África na educação básica e ensino superior. Cinco anos depois a Lei nº 11.648/2008 ampliou esse escopo, tornando dever das instituições escolares o ensino sobre história e cultura indígena.

Foram, sem dúvidas, importantes passos em direção à educação mais democrática, entretanto a proposta de uma escola antirracista não se resume ao apego da burocracia, à prática cotidiana em sala de aula, as experiências vividas dentro da escola são fundamentais para que uma iniciativa se torne cultura e legado educacional. Para que se promova uma formação escolar baseada em nossas raízes culturais negras.

É no espaço educacional que podemos desconstruir a imagem de que no Brasil existe uma “democracia racial”, uma ideia difundida desde a década de 1930 com Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Para modificar um mundo de representações, devemos agir na materialidade das contradições de modo que percebamos a desigualdade histórica construída entre negros e brancos em nosso país. Thiago Henrique Mota descreve os caminhos para se adotar um discurso condizente a um ensino antirracista em *Ensino antirracista na Educação Básica: da*

formação de professores às práticas escolares (2021) e produzir debates sobre como o racismo está ligado às condições históricas e que a escola pode ser um ponto de rompimento com essa lógica a partir de práticas e experiências que possibilitem os jovens a se verem como partícipes da discussão.

As ligações que o estado do Ceará possui com a cultura afrodescendente são paradoxais, as quais merecem uma reflexão amplificada para justificar a importância de se trabalhar a negritude e o antirracismo na educação básica. Se torna oportuno explorar as contradições históricas presentes na trajetória cearense e o legado abolicionista que a cerca.

3. Resultados e discussões

Nas últimas duas décadas com a promulgação de leis que incentivam o estudo da cultura afro-brasileira, de pesquisas que surgem no seio das universidades e da própria cultura local com a recriação² do feriado estadual cearense “Data Magna” em 25/03; a temática da história abolicionista cearense voltou a ter relevância. O âmbito escolar acolheu esse debate, não só nas aulas da disciplina de História, mas nas instituições como um todo.

Como cearenses passamos a valorizar o legado de que a província do Ceará foi a primeira oficialmente a libertar escravizados em 1884 sob decreto assinado pelo então presidente da província, Sátiro Dias, em 25 de março do mesmo ano. Nos antecipamos ao restante do país em 4 anos, e por isso, foi concedida à província do Ceará a alcunha de “Terra da Luz”. Passamos a estudar e valorizar o trabalho dos abolicionistas cearenses, que de acordo com a historiografia clássica foram abnegados em lutar pelo direito de o povo negro ser livre. Aprendemos sobre a Associação Sociedade Libertadora do Ceará, autora do jornal *O Libertador*, principal veículo de propagação das ideias da elite abolicionista, e anunciante oficial do fim da escravidão no Ceará. Nos orgulhamos do movimento “Padaria Espiritual”, que surgiu em 1892, composta por literatos, intelectuais, artistas

² A restituição da data como feriado estadual no Ceará foi publicada em 06/12/2011 no Documento Oficial do Estado, na gestão do então governador Cid Gomes.

e poetas cearenses que demarcaram novas tendências na literatura nacional. Tudo isso foi fundamental em criar a cosmogonia do Ceará. Se Bahia e Pernambuco possuem destaque nacional por suas histórias coloniais, o Ceará ficou conhecido pela abolição antecipada criando memórias em cima de um processo que merece mais esclarecimentos.

3.1 A liberdade restrita

8

Não estou aqui para negar, ou subverter o legado abolicionista cearense. Porém pesquisando e aprofundando minhas referências acerca da temática percebi o quanto esse legado era superficial e carecia de mais substância, mais negritude. Faltava para a história cearense o mais importante: o negro. O protagonismo dos abolicionistas abastados da elite fortalezense contrasta com o esquecimento do papel dos negros na libertação antecipada. E mais. O reconhecimento da cultura negra como fomento de identidade e raízes deve ser valorizado.

No livro *Histórias de Negros no Ceará* (2020), organizado por Frank Ribard, Eurípedes Funes e Eylo Fagner Silva Rodrigues, vários ensaios dão conta de como a história do abolicionismo e da cultura negra no Ceará são um imenso iceberg, o qual deve ser mais explorado. A publicação é fruto de um trabalho desenvolvido principalmente na Universidade Federal do Ceará através de grupos de estudo focados em investigar o passado do povo negro no Ceará e suas contribuições culturais para a construção de nossa identidade.

O reducionismo em associar negros à escravizados no Ceará se tornou senso comum por muitos pesquisadores, que mais se interessavam pelo estudo das associações abolicionistas, do que propriamente pela organização do povo negro. No texto *Negros no Ceará*, inserido no livro *Uma nova história do Ceará* (2007), o professor Eurípedes Funes, alega que isso é uma “lógica perversa” que acaba por desvalorizar a contribuição dos negros na constituição da cultura cearense.

O projeto abolicionista cearense fez parte de um contexto de valorização da cientificidade e modernização. O progresso para a elite abolicionista seria a libertação dos escravizados, o qual poderia ser representado como uma

benevolência dos escravocratas e abnegação por parte dos intelectuais envolvidos na causa. Não estava em discussão as práticas do povo negro para que esse processo fosse bem-sucedido. De acordo com Frank Ribard e Eurípedes Funes:

A abolição da escravatura no Ceará é um dos marcos fundadores de sua história e talvez o último grande feito de seus “heróis”, cantado em verso e prosa. Presença incondicional na historiografia cearense, o processo abolicionista — não só no Ceará — permite ao cativo recuperar a sua liberdade, ser homem livre; mas vem acompanhado de uma série de medidas controladoras, que colocam esse indivíduo no seu (in)devido lugar, fechando todas as possibilidades de uma ascensão social e de direito à cidadania. Colocado à margem da sociedade, reforça, assim, o distanciamento social, político e econômico entre a população negra (morena) e branca (galega). (Ribard; Funes, 2020, p. 27)

O silenciamento do povo negro vai ao encontro da coerção praticada pelo Estado às massas de indivíduos que não se enquadravam aos novos moldes da recém-proclamada República. A marginalização do povo negro foi um retrato do nosso país em todo século XX, e a origem advém da não inserção dos negros após a libertação. Lhes foi negada o exercício da liberdade, pois sem condições de ser exercida a liberdade torna-se um estado vazio. Servindo apenas de letargia e conformidade para que as classes dominantes excluíssem de direitos fundamentais, e ao mesmo tempo explorassem uma mão de obra carente de qualquer forma de assistencialismo.

Problematizamos, assim, que o abolicionismo como foi gerado e propagado historicamente serviu apenas aos interesses dos donos do poder, pondo-lhes o rótulo de benevolentes e fiduciários do progresso que nunca chegou para os mais vulneráveis.

É nosso dever, como professores e pesquisadores, dar voz e relevância aos que foram obscurecidos pelas versões oficiais. A abolição da escravidão de forma antecipada na província do Ceará foi resultado também da atuação do próprio povo negro através de resistência física, cultural e religiosa. Diversas manifestações culturais negras que surgiram no contexto da abolição devem ser lembradas como espaços de promoção da negritude e da liberdade do povo negro no Ceará.

3.2 Resistência

10

Se em torno do processo abolicionista houve um silenciamento e invisibilidade do povo negro como protagonista, sendo relegado à coadjuvantes de sua própria libertação, o mesmo não se pode falar das festas negras que ocorreram em Fortaleza no fim do Império, e início da República. Um festejo, uma celebração ou cerimônia tem muito a nos contar sobre cultura, sociabilidades e espaços que eram ocupados por determinados grupos em um contexto específico. O trabalho em torno da organização de um festejo não difere em nada de qualquer preparação para um evento oficial ou cívico que reúna uma aglomeração. O entretenimento não pode ser considerada uma fonte fundamental para analisarmos a resistência do povo negro em preservar suas raízes africanas no Brasil.

Foi com esse foco que Janote Pires Marques escreveu o texto *Festas Negras na Fortaleza do final do século XIX* (Ribard; Funes, Rodrigues, 2020). Janote se debruça em um recorte curioso da cidade de Fortaleza no contexto da abolição da escravidão, cujas festas como congo, maracatu e expressões culturais como samba e capoeira se tornavam marcas identitárias dos negros em nossa sociedade. Marcas que se cristalizaram com o tempo, e hoje estão incorporadas em nossa cultura local.

A reelaboração cultural que as festas negras proporcionaram explica como a cultura pode ser um agente de resistência e preservação, adicionando elementos locais, e gerando identidades singulares dentro da sociedade. As vestes chamativas do maracatu, como se estivesse sendo encenado um baile real, e a coroação presente nos congos explicitam avanços na reafirmação dos negros na cidade de Fortaleza a partir de aspectos originais africanos. Provando que as celebrações devem ser mantidas e ampliadas pois se configuram como importantes espaços de superação de estigmas e preconceitos.

A amplitude da definição de “festa” também é explorada por Janote, salientando que as festividades organizadas por Irmandades, Associações e pelo povo em geral não pode ser visto apenas pela ótica do divertimento. Havia ali um

peso ritualístico, certas etapas deviam ser cumpridas, e até solicitações oficiais às autoridades como chefe de polícia, delegados e subdelegados eram exigidas para que os eventos ocorressem. Sendo assim, Janote explica que as festas negras possuíam um papel fundamental a partir de que:

[...] podemos pensar as coroações de reis negros na Irmandade do Rosário, os autos de rei congo, os sambas, entre outras manifestações que ocorriam na Fortaleza das últimas décadas do século XIX como “festas” e, a partir daí, tentar perceber o que essas práticas festivas poderiam significar para seus participantes e como essas “festas” foram instrumento para a ocupação de espaços públicos e privados na cidade (Marques, 2020, p. 109).

As manifestações culturais em Fortaleza no final do século XIX evidenciaram que a cultura pode atravessar barreiras impostas pelas condições sociais, como a discriminação, racismo e o completo desconhecimento. As festividades do povo negro educaram a sociedade através da preservação das raízes culturais africanas, reafirmando nossa pluralidade identitária e que devemos ter orgulho disso.

3.3 Negritude

Percebendo a potencialidade em torno da cultura negra em nosso estado, e em especial na cidade de Fortaleza, escolas públicas da rede estadual e municipal passaram a incluir em seus calendários letivos eventos que demarcam a relevância da cultura afro-brasileira na nossa formação social e cultural. As “semanas de africanidades” como passaram a ser conhecidas no jargão escolar, possuem diversas especificidades e maneiras diferentes de acontecerem.

No caso da rede municipal de educação de Fortaleza, as africanidades são geralmente organizadas no segundo semestre letivo bem próximo do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Embora se compreenda a importância de abordar questões de valorização da cultura negra durante todo o ano, inclusive nas próprias aulas de História que tenham a temática da escravidão e história de reinos africanos, por exemplo, como centrais. A preparação e execução dos eventos

dependem da realidade de cada unidade escolar, bem como o fato de não acontecer, se for um caso extremo. Entretanto percebe-se desde a década de 2010 que a recorrência demonstra como a cultura escolar é soberana frente à quaisquer aspectos formais curriculares.

A autonomia das escolas na organização do evento de africanidade possibilita algo incomum dentro do calendário letivo na rede municipal que é a singularidade observada em cada unidade educacional que se propõe a realizar. Outra característica positiva proporcionada pela democracia das africanidades é a participação de docentes e discentes na preparação do evento. O envolvimento em práticas extracurriculares que não necessariamente precisam ocorrer em sala de aula enriquece o aprendizado, demonstrando que todo o espaço da escola pode estimular o ensino e o conhecimento.

Tornando a abordagem ainda mais particular gostaria de compartilhar as experiências na organização direta de alguns eventos de africanidades que venho tendo desde o ano de 2021. Mesmo contando com sérias limitações por conta dos protocolos sanitários impostos para se voltar às aulas ainda durante a pandemia de covid-19, o Festival da Consciência Negra da Escola Municipal de Tempo Integral Professor Prisco Bezerra trouxe a importância da humanidade, proximidade entre as pessoas e como isso é significativo para que a aprendizagem ocorra em um evento temático.

Em 2023, já com dois anos de experiência na organização do evento de africanidades na mesma escola, me deparei com a possibilidade de ampliar o escopo do evento, tornando-o permanente, bem como acrescentando mais dias de evento a fim de demonstrar uma maior diversidade na abordagem sobre a cultura afro-brasileira. O evento em si já começa na sua própria idealização. A equipe responsável pela criação, planejamento e boa parte da execução foram os professores da área de Ciências Humanas, na qual participaram docentes das disciplinas de História, Geografia e Ensino Religioso. Por dois meses redigimos o edital, organizamos a logística, sugerimos temas e concedemos suporte teórico para demais professores e estudantes na promoção das pesquisas temáticas.

Sem dúvidas uma parte fundamental da criação do evento sobre africanidades é o nome que ficará estampado nos materiais e reproduzido por todos que participam. Nas edições anteriores (2021 e 2022) optamos por nomear o evento de “Festival da Consciência Negra” em alusão à celebração da memória de Zumbi dos Palmares. Contudo, para a terceira edição gostaríamos de nos aprofundar nas raízes históricas negras da nossa cultura, de nos envolvermos com nossa ancestralidade. A escolha por “Festival da Negritude” remonta à palavra cunhada pelo escritor martinicano Aimé Césaire, o qual estudou com colegas africanos em Paris na década de 1930 e em resposta a um sentimento de valorização da cultura negra mesmo em território distante decidiu chamar de “negritude” toda forma de conscientização, atitudes, sentimentos, posições políticas, valores morais, espirituais, psicológicos que se identificam com a ancestralidade negra dos povos colonizados.

Queríamos provocar com o evento um sentido de pertencimento que devemos ter com a cultura negra, a qual ainda nos é relegada como estranha, alheia. Nosso objetivo era incitar a proximidade a partir da constituição de uma identidade. Para além do discurso fundamental contra o racismo e em benefício de uma consciência negra, nosso propósito era despertar a negritude que vive em cada um de nós por fazermos parte de um país que fora colonizado por séculos que recebeu milhões de africanos como mão de obra escravizada. Desde a incubação do evento deixamos claro que o Festival da Negritude não poderia ser visto apenas como um momento finito, mas pertencente a uma cultura antirracista permanente.

Com o nome do evento de africanidades escolhido e edital redigido para apreciação do colegiado de professores e gestão escolar, o passo seguinte a ser definido foram as sugestões de temáticas que deveriam ser pesquisadas por cada turma e expostas num formato de salas temáticas. As exposições se concentrariam no último dia de evento como forma de culminância e celebração. Para os demais dias pensamos numa programação que envolvesse o máximo de turmas sem que pudesse atrapalhar a rotina de aulas convencionais.

Em uma escola de tempo integral as turmas são as mesmas no período da manhã e à tarde. Isso facilitou toda a logística de programação de atividades ao

longo da semana de 20/11 a 25/11 de 2023. No primeiro dia de evento contamos com a fala de abertura do evento proferida pela diretora da unidade escolar e do professor coordenador da área de Ciências Humanas. Em seguida, ainda no período da manhã foi realizada uma oficina de trancismo, cachos e pintura corporal. A tarde foi realizado um desfile com representantes em duplas de cada turma. Os alunos foram caracterizados com adereços e vestimentas típicas de etnias africanas, as quais eram descritas simultaneamente pelos próprios estudantes. Vários vídeos do desfile foram disponibilizados para visualização da comunidade e pais na plataforma Youtube, na conta do próprio festival³. Na terça-feira, segundo dia de programação, tivemos o lançamento do jogo “Siara: História de Luta”, do Edital Ceará das Artes 2022, o qual foi uma grande atração para alunos dos 7º anos. Na oportunidade a professora Luizete explicou a fundamentação teórica baseada na abolição da escravidão na província do Ceará durante o Segundo Império e jogabilidade do jogo para as crianças. Ao final, a escola foi presenteada com um exemplar do jogo que agora se encontra disponível na biblioteca da escola. Ainda na terça-feira o grupo Vozes da África fez uma apresentação de maracatu, despertando curiosidade e fascínio em alunos de 8º e 9º anos.

Na quarta-feira, terceiro dia de Festival da Negritude, tivemos a abertura do nosso ciclo de debates com a palestra do professor Hedy Pina. Hedy é cabo-verdiano e já mora há alguns anos no Brasil, e veio compartilhar suas experiências de infância e juventude em África. Ele também socializou suas vivências como docente de Ensino Religioso na rede municipal de Fortaleza. A conversa enriquecedora aconteceu em nosso auditório em dois momentos distintos, primeiramente com alunos dos 6ª anos, e posteriormente dos 7º anos. Foi um momento de aprendermos e ampliarmos nossa visão sobre a cultura africana diretamente de quem tem origem em África. Na parte da tarde recebemos a professora e vereadora de Fortaleza, Louise Anne Santana, que além de fazer parte do quadro magistério da rede municipal é parlamentar integrante do primeiro mandato coletivo da Câmara Municipal. Na oportunidade, Louise esclareceu aos alunos de 8º e 9º anos como funciona um mandato coletivo, o qual compartilha com

³ Acesse <https://www.youtube.com/@FestivaldaNegritudePrisco>

Adriana Gerônimo e Lilla M. Salu, eleito em 2020. A professora também falou dos desafios que é ser uma mulher preta, periférica, professora e ao mesmo tempo fazer parte de uma área majoritariamente composta por homens brancos como é a política.

Na quinta-feira, quarto dia de programação do evento, tivemos o lançamento de um folder produzido por professores da área de matemática com dados estatísticos onde os alunos puderam visualizar mais claramente a representação numérica da população negra no país, a taxa de analfabetismo dessa comunidade e a presença de negros no ensino superior. Essa atividade se tornou fundamental pois ofereceu uma oportunidade para os alunos entenderem a realidade estatística da população negra em diferentes aspectos sociais.

Na sexta-feira, último dia do Festival, tivemos as salas de aulas transformadas em espaços temáticos sobre assuntos que fizessem referência à cultura africana no Brasil. Os trabalhos expostos relacionavam pesquisa científica com apresentações artísticas de dança, encenações e teatralidade. A fim de que todos participassem igualmente dividimos turmas que estariam apresentando seus temas, e outras visitando. Elaboramos essa atividade alternando apresentações e visitas nos dois turnos. A experiência foi enriquecedora pois a perspectiva científica da pesquisa se envolveu com novas formas de aprendizagem. Alunos como protagonistas do próprio processo educativo. No dia seguinte, sábado, foi realizada uma aula de campo para o município de Redenção com alunos de 8º e 9º anos. Foi lá, na antes Vila de Acarape, que os primeiros escravizados foram libertos na província do Ceará, em 1884.

A experiência de uma terceira semana de africanidades na mesma escola possibilitou a reafirmação de valores que se tornam a identidade da escola e reverberam na formação escolar e social dos alunos. Bem como reforçam o compromisso da comunidade na qual a escola está inserida em lutar por uma educação plural, diversa e antirracista.

O projeto *Festival da Negritude* se revelou uma soma de experiências anteriores com a mesma temática sobre consciência negra, bem como da culminância de atividades interdisciplinares desenvolvidas durante todo o ano letivo

pelas disciplinas curriculares convencionais e disciplinas diversificadas⁴. O evento promoveu influências internas e externas ao âmbito da escola.

Como dito anteriormente, as semanas de africanidades em escolas municipais de Fortaleza possuem um peso pedagógico considerável atualmente no calendário das escolas, assim como em premiação e reconhecimento por entes externos às unidades escolares. Em 2021, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sindiute), lançou o “Concurso Projetos Escolares: vivências nas escolas municipais”⁵ com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas antirracistas. Para participar as escolas tinham que anexar ao e-mail informado dentro do prazo estipulado em edital, o consolidado de atividades desenvolvidas na respectiva semana de africanidades organizada. As melhores propostas seriam reconhecidas com premiação determinada previamente em edital.

Dois anos depois no contexto de celebração do mês da Consciência Negra, a Secretaria Municipal de Educação (SME), criou o “selo antirracista”⁶ para as escolas municipais. Segundo a própria secretaria, para ganharem o Selo as escolas têm que compartilhar ações pedagógicas antirracistas desenvolvidas ao longo do ano, e relacionadas à realidade da comunidade assistida pela unidade escolar participante em questão. Conforme a secretária de educação à época, Dálila Saldanha, o Selo possui o objetivo de reforçar as legislações (10.639/03 e 11.645/08) que existem sobre a temática de cultura afro-brasileira na educação.

Os dois exemplos atestam a força de ações pedagógicas que começam no chão da sala de aula e se reproduzem posteriormente para âmbitos maiores, inclusive gerando uma identidade própria para cada escola. No caso da EMTI Professor Prisco Bezerra, os lemas “escola antirracista, plural e diversa” nasceram como resultado dos eventos de africanidades, como uma consolidação que reforça ainda hoje o compromisso que a escola tem com uma educação materializada no

⁴ As escolas de tempo integral possuem um acréscimo ao currículo convencional, somando-se às disciplinas de áreas específicas, matérias diversificadas que complementam a proposta de educação integral.

⁵ Disponível em: <https://sindiute.org.br/19520-2/>

⁶ Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-lanca-selo-escola-antirracista-nesta-sexta-feira-24-11>

protagonismo de cada um que pertence à comunidade escolar, sejam alunos, professores, gestão, funcionários ou pais.

4 Considerações finais

Em um contexto cada vez mais desafiador para a educação básica que se encontra sobrecarregada com a expectativa de aplacar ou reduzir os problemas presentes na sociedade, as experiências produzidas dentro das escolas produzem impactos que extrapolam o espaço do ensino. O que e como as escolas oferecem atualmente pode ser crucial na reprodução de antigas crenças sociais, ou na ruptura com lógicas ultrapassadas. Julgo que o projeto desempenhado na Escola Professor Prisco Bezerra atendeu as expectativas em promover atividades que estimulem o aprendizado e ao mesmo tempo nos conscientizem da importância de valorizarmos nossa história, de nos reconhecermos parte da cultura negra.

A visibilidade proporcionada pelo Festival da Negritude lançou luz num passado que teimava em ficar na obscuridade. Num passado que possui muita relevância para os cearenses e que através da educação e cultura pode ser resgatado. O que nós esperamos, como profissionais de educação, é que as boas iniciativas permaneçam, que floresçam como práticas e que se tornem frutos como cultura, pois só assim podemos viver num país que entende o que é racismo, e que o abomina da forma correta.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 203p.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social.** México: SigloVeinteuno, 1998. 99p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. 280p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental**. Fortaleza: SEDUC, 2019

CHERVEL, André. **L’histoire des disciplines scolaires**. Paris: Histoire de L’education, n. 38, 1988, p. 59-119.

18

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 248p

FUNES, Eurípedes A. Negros no Ceará. In: NEVES, F. C. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 103 - 132.

MARQUES, Janote Pires. Festas Negras na Fortaleza do final do século XIX. In: FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 107 - 131.

MOTA, Thiago Henrique (Org.) **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 304p.

NASCIMENTO, Celina Henriqueta Matos de Heredia (Org.). **Documento Curricular Referencial de Fortaleza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2024.

PEREIRA, A. S. M. et al. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de fortaleza/ce. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 412-418, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2018.06.004>.

SOUZA, A. de; PEREIRA, A. S. M. Paulo Freire, o andarilho da utopia: reflexões para a transformação social através da educação. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–18, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i2.3755. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3755>. Acesso em: 28 set. 2025.

ⁱ Lucas Nobre Gomes, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4539-7112>.

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza

Graduação em licenciatura plena de História pela Universidade Federal do Ceará. Especialização em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú/IDECC. Professor do quadro efetivo da rede municipal de Fortaleza desde 2016.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6823582126817601>

Email: lucasnobreln10@gmail.com

Editora responsável: Arlene Stephanie Menezes Pereira Pinto

19

Recebido em 25 de setembro de 2025.

Aceito em 26 de outubro de 2025.

Publicado em 27 de outubro de 2025.

Como citar este artigo (ABNT):

GOMES, Lucas Nobre. Educação Antirracista através da Semana de Africanidades na EMTI Professor Prisco Bezerra. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2025.